

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 15

FOLHA ONLINE - SP

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara pode dificultar fiscalização sobre contribuintes, e auditores reagem (pirataria)	3
---	---

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
SEGURIDADE SOCIAL

Renda fixa, Bolsa e INSS entram em plano para a aposentadoria	6
---	---

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Desemprego assombra mais jovens e geração acima de 50 anos, diz estudo	12
--	----

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundos de pensão no vermelho	15
------------------------------	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas veem efeito sobre o PIB deste ano	16
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Previc tem novo diretor - DESTAQUES	17
-------------------------------------	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ciro reorganiza estratégia e vende disruptura para tentar se diferenciar	18
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula começa a se aproximar do empresariado de SP	21
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Roteiro da indústria para o desenvolvimento do Brasil (Artigo)	22
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que esperar do governo Lula - BRUNO CARAZZA	23
---	----

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fome pede soluções urgentes	24
-----------------------------	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Menos disseminada, inflação ainda supera 12% em 12 meses	26
--	----

VALOR ONLINE - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo de SP reduz ICMS da gasolina e espera queda de até R\$ 0,48 por litro na bomba	27
--	----

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

À espera do efeito da redução do ICMS	28
---------------------------------------	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Pastor e ex-MEC estiveram 10 vezes no mesmo hotel, diz PF ..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Desafios à esquerda (Editorial) ..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
ECONOMIA

"Enfraquecido", G7 não previu "economias ocidentais expostas" - TODA MÍDIA ..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

63% dizem não ganhar o necessário e ter problemas financeiros, mostra Datafolha ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
ECONOMIA

Investimento verde é coisa de rico (Artigo) ..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

As metas de inflação deveriam ter sido revistas (Artigo) ..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Não há inflação benigna - HENRIQUE MEIRELLES ..... 41

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Desafio fiscal e economia verde (Artigo) ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

"Vivemos grande retrocesso na formação humana", diz Giannetti ..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Majoria quer FGTS e 13º para poupar e pagar dívidas ..... 44

# Câmara pode dificultar fiscalização sobre contribuintes, e auditores reagem (pirataria)

**José Marques**

Um projeto que cria o chamado "Código de Defesa do Contribuinte" abriu uma disputa entre o Congresso, que defende regras mais claras sobre quem paga **tributos**, e integrantes da **Receita Federal** e da Fazenda dos estados, que veem a possibilidade de aumento da sonegação e da lavagem de dinheiro.

O texto, de autoria do deputado Felipe Rigoni (União-ES), teve a tramitação em regime de urgência aprovada em 24 de maio.

A expectativa é que seja votado na Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre, após a realização de audiências públicas marcadas para debater parecer preliminar do relator, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

Os principais pontos contestados por auditores fiscais são a necessidade de autorização judicial para diversos procedimentos de investigação e a longa tramitação em instâncias administrativas, o que poderia inviabilizar a tentativa, por exemplo, de combater a criação de empresas laranjas usadas para fins ilegais.

Outros dispositivos proíbem que a **Receita Federal** tenha acesso à movimentação financeira do contribuinte sem autorização judicial específica.

Em 2019, questionamentos relacionados ao tema levaram o STF (Supremo Tribunal Federal) a paralisar investigações com base em relatórios de movimentações financeiras, como o caso das suspeitas de rachadinha relativas ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) quando ele era deputado estadual.

O projeto da Câmara traz direitos do contribuinte e vedações para a atuação da Receita. Ele prevê, por exemplo, que a Fazenda, no desempenho de suas atribuições e no tratamento dispensado ao contribuinte, "atuará de modo a impor o menor ônus" ao pagador de **tributos**.

Além disso, aumenta, nos processos administrativos fiscais, a possibilidade de contraditório, ampla defesa e duplo grau de deliberação -ou seja, estabelece que a decisão nesse âmbito seja apreciada por uma segunda instância.

A proposta diz que o contribuinte não é obrigado a pagar imediatamente qualquer autuação da Fazenda e estabelece o imediato exercício do direito de defesa.

O texto é elogiado por advogados especializados em direito tributário, mas rechaçado por auditores e sindicatos ligados ao Fisco. Eles apontam alguns dispositivos que, em sua avaliação, transformam o projeto no que apelidaram de "Código de Defesa do Sonegador".

É questionado sobretudo um artigo que diz que é proibido à Fazenda Pública bloquear ou suspender inscrição de contribuinte sem uma decisão administrativa definitiva do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, o que pode durar mais de dez anos.

Auditores fiscais afirmam que esse dispositivo impede a fiscalização das chamadas empresas laranjas, usadas para lavagem de dinheiro e outros crimes.

Outro artigo criticado diz que a desconstituição da personalidade jurídica do contribuinte só pode ser feita após decisão judicial.

"Se esse projeto passar, sonegadores, fraudadores, contrabandistas, milícias e quadrilhas estarão livres para fazerem o que quiserem", diz, em nota, Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, que representa os auditores da **Receita Federal**.

"Quando eles não pagarem seus **tributos**, visto que a **Receita Federal** estará impedida por lei de fiscalizá-los, alguém vai ter que pagar essa conta e serão os verdadeiros contribuintes, os assalariados, os consumidores."

Rodrigo Spada, presidente da Febrafite (que representa fiscais de **tributos** estaduais), afirma que não vê legitimidade no projeto, diz que ele foi feito para agradar interesses de grandes grupos e é "uma mordada" aos auditores.

Segundo ele, a medida é "um cheque em branco ao contribuinte" mal intencionado, blinda patrimonialmente empresas e abre espaço para a criação de firmas em nome de laranjas, sem que elas parem de emitir notas fiscais enquanto são

investigadas. "O Fisco não vai conseguir tirar a erva daninha do jardim", diz Spada.

Há ainda questionamentos a respeito de como o projeto pode incidir em operações que investigam diversos crimes.

"Nossa preocupação é que, se essa lei for aprovada, os trabalhos já realizados sejam anulados. Além disso, os futuros casos de investigação de sonegação e lavagem de dinheiro deixarão de existir, já que a **Receita Federal** ficará praticamente impedida de analisar a movimentação financeira", diz Flávio Prado, auditor da Receita que atua no estado de São Paulo.

Ele contribuiu para a Operação Descarte , que investigou empresas de diversos ramos suspeitas de irregularidades que envolviam políticos, grandes empresários no país e até alvos da CPI da Covid .

O autor do texto, deputado Felipe Rigoni, defende o código e afirma que a intenção é dar mais previsibilidade para o contribuinte sobre as regras a serem seguidas pela Receita.

"Hoje, a Receita autua uma empresa e dá prazo de 12 horas para ela pagar uma multa. Se não pagar, a inscrição estadual está suspensa. O cara não tem sequer chance de se defender. A gente coloca, de fato, um processo de defesa", afirma.

Ele diz que alguns dispositivos devem mudar para contemplar pleitos dos auditores, entre eles o que proíbe que a Receita seja acompanhada, sem prévia autorização judicial, de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte.

"Por exemplo, você está na aduana, está na fronteira. Aí você percebe que um traficante está ali. Precisa da polícia. Não vai dar certo você pedir ao juiz autorização. Neste caso a gente vai fazer uma exceção", afirma Rigoni. "O que a gente não quer que aconteça é que o cara leve a polícia numa visita de rotina, o que acontece muito."

Ele diz ainda que o relator deve incluir um capítulo sobre os deveres do pagador de imposto, além de endurecer penas e multas para quem sonega **impostos**.

O deputado Pedro Paulo afirmou que deve apresentar seu relatório nesta terça-feira (28).

Fernando Facury Scaff, que é advogado e professor de direito financeiro da USP, rebate as críticas ao dispositivo de quebra de sigilo. "É exatamente a delimitação do sigilo que está na Constituição. Está corretíssimo. O fato é que a **Receita Federal** tem que

se esforçar mais", afirma.

Ele nega que o projeto favoreça a sonegação. "Tem que ter respeito à Constituição. E este projeto é constitucional. Agora que vai dificultar [as operações], vai, não tem dúvida. Mas isso quer dizer que não tenha como fazer? Não, é só cumprir a Constituição."

A advogada tributarista Vanessa Cardoso segue a mesma linha. "O que a gente tem visto do lado do contribuinte, no dia a dia, são muitos abusos por parte da fiscalização, principalmente da **Receita Federal**, nas investigações e nas autuações dos contribuintes. Muitas vezes violando garantias fundamentais previstas na Constituição Federal."

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/camara-pode-dificultar-fiscalizacao-sobre-contribuintes-e-audidores-reagem.shtml>



Já é assinante? [Faça seu login](#)

## Olá, tudo bem?

Crie uma conta **gratuita** ou use seu login para continuar lendo.

E-mail

CONTINUAR COM E-MAIL

Ou



Continuar com o Facebook



Continuar com o Google



Continuar com a Apple

Ao avançar declaro que estou ciente e aceito os [Termos de Serviço](#) e

A Folha utiliza cookies e tecnologias semelhantes, como explicado em nossa [Política de Privacidade](#), para recomendar conteúdo e publicidade. Ao navegar por nosso conteúdo, o usuário aceita tais condições.

OK

Quem lê sem login ASSINA POR R\$ 1,90/MÊS

# Renda fixa, Bolsa e INSS entram em plano para a aposentadoria



**Clayton Castelani**

O caminho a percorrer até a aposentadoria ficou mais longo para a maior parte dos brasileiros a partir da reforma previdenciária em 2019, que instituiu como regra as idades mínimas para concessão do benefício aos 62 anos, para mulheres, e aos 65 anos, para homens.

Aposentadorias ditas precoces -antes dos 60 anos- ficaram restritas a regras de transição para grupos como os que estavam perto de completar os critérios para requerer o direito.

Considerando a inviabilidade da antecipação do benefício previdenciário, que também funcionava como renda extra para aposentados que permaneciam trabalhando, especialistas em finanças pessoais consultados pela Folha alertam para o fato de que a mudança só aumentou a importância da preparação de longo prazo para evitar o rebaixamento do padrão de vida no futuro.

O plano sugerido pelos especialistas é iniciar o quanto antes uma carteira de investimentos diversificada e resistente aos ciclos econômicos por meio da combinação entre **previdência complementar** e alguns tipos de aplicação de renda fixa. A Bolsa de Valores pode entrar na composição de quem tem estômago para suportar o sobe e desce das ações.

Distribuir os ovos em quantidades semelhantes em várias cestas costuma ser a estratégia mais segura, mas é aconselhável que pessoas de perfil conservador destinem a menor parte para a renda variável.

Mesmo que o capital disponível para começar seja baixo, a consistência nas aplicações e o rendimento acumulado ao longo dos anos -décadas, de preferência- poderão garantir a renda complementar.

De quanto deve ser esse complemento? A meta mais comum é projetar o suficiente para que, quando somado ao benefício previdenciário, o valor iguale a renda mensal do trabalhador na ativa. A calculadora abaixo permite simular o valor aproximado do benefício do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Atenção: na calculadora abaixo, informe apenas valores até o teto do **INSS**, de R\$ 7.087,22, no campo média salarial. O resultado será uma demonstração simplificada, que reproduz apenas o valor aproximado do benefício.

O montante acumulado pode ser projetado para permitir uma quantidade de saques mensais a serem realizados durante o tempo de sobrevivência estimado para o investidor, conforme as tábuas de mortalidade do IBGE.

Esse planejamento não deve descartar, portanto, a aposentadoria pelo Regime Geral de **Previdência Social**. Na verdade, o ponto de partida é justamente entender as regras de acesso e o cálculo do benefício da seguridade pública. Contribuir para o **INSS** é a base do plano não somente por que isso é obrigatório.

A Previdência gera retornos previsíveis e competitivos com aplicações financeiras no mercado. Além disso, o caráter solidário do sistema (ativos contribuem para inativos receberem) garante renda mínima, estável e vitalícia até mesmo para quem é obrigado a interromper os recolhimentos devido a um acidente ou doença incapacitante.

"Uma previdência pública faz sentido não só do ponto de vista individual, mas também porque é um sistema fraterno", afirma o planejador financeiro Fabiano Calil, da Planejar (Associação Brasileira do Planejamento

Financeiro).

## ENTENDA O CÁLCULO DA RENDA DO INSS

A regra geral de acesso à aposentadoria do INSS requer uma carência de 15 anos de contribuição e idade mínima de 62 anos, para mulheres, e de 65 anos, para homens.

Segurados que ingressaram no sistema antes da reforma da previdência, em novembro de 2019, têm chance de antecipar um pouco a aposentadoria por meio das regras de transição.

A renda mensal de um aposentado pelo instituto varia entre um salário mínimo (R\$ 1.212) e o teto previdenciário (R\$ 7.087,22), considerando os valores de 2022.

Para quem se aposenta apenas com a carência de 15 anos, o valor do benefício é de 60% do valor médio dos salários sobre os quais o segurado contribuiu. É a chamada média salarial.

Cada ano contribuído além da carência acrescenta dois pontos percentuais da média salarial à composição da renda.

Mesmo trabalhadores que contribuem com as cotas máximas permitidas, portanto, não receberão um benefício igual ou perto do teto do INSS caso permaneçam no sistema apenas até cumprir a carência.

Há uma diferença entre mulheres e homens nessa contagem. Enquanto elas têm esse acréscimo a partir do 16º ano de recolhimentos, eles somente passam a ampliar o benefício ao completarem o 21º ano de contribuição. Uma aposentadoria próxima do teto de R\$ 7.087,22, portanto, demoraria entre 35 e 40 anos. Veja algumas simulações:

"Ressaltando que, mesmo alguém que tenha contribuído a vida inteira sobre o teto não irá receber o valor máximo hoje", explica o advogado Wagner Souza, consultor do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários).

O empecilho mencionado por Souza é resultado de aumentos superiores à inflação aplicados ao teto do INSS por ocasião de mudanças legislativas. Os aumentos reais do teto criaram um descompasso em relação às contribuições, que sempre receberam apenas a correção monetária.

## RESERVA DE EMERGÊNCIA

Formar uma reserva financeira para emergências é o

passo essencial para quem pretende começar a investir, segundo o consultor financeiro Daniel Bellangero, da Planejar. Sem isso, imprevistos tendem a levar ao endividamento.

Para funcionar, a reserva de curto prazo tem algumas regras. A primeira é ser constituída por "aplicações de alta liquidez", diz o especialista.

O objetivo é ter a possibilidade de resgate imediato. Rendimento, apesar de desejável, não é o mais importante nesse caso.

A espessura do colchão depende do tamanho do tomo financeiro que cada um pode levar. Como orientação geral, Bellangero recomenda o acúmulo de seis meses da renda mensal.

Para Calil, porém, a estratégia pode ser ajustada ao nível de segurança que cada categoria profissional permite. Um autônomo, portanto, deve formar uma reserva de curto prazo maior do que a de um funcionário público.

Não há receita que indique exatamente quanto cada um deve acumular, mas o modelo abaixo pode atender a diferentes tipos de trabalhador:

Liquidez diária é a característica mais importante ao escolher o tipo de investimento para essa reserva. Isso garantirá a conversão em dinheiro no mesmo dia em que o resgate for solicitado, sem prejuízo quanto ao rendimento.

Previsibilidade deve ser outro dos pilares da reserva. Por isso a opção deve ser pela renda fixa. CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e Tesouro Selic costumam ser os mais recomendados.

Para a formação de reserva de emergência com base no Tesouro Selic, títulos pós-fixados (a remuneração será com base na taxa de juros vigente no momento do resgate) são os preferidos.

Nessa opção não ocorre a marcação ao mercado, como é chamada a prática de atribuir a um ativo o preço de mercado na data do resgate.

## SOPA DE LETRAS DA PREVIDÊNCIA PRIVADA

Jamais se deve pensar na previdência privada como uma forma de substituir a Previdência Social. Ela sempre será um complemento.

Arquitetado pelo sistema de capitalização, o benefício do plano complementar é calculado com base na capacidade de investimento do indivíduo ao longo do tempo. Dificilmente resultará em uma renda mensal

tão longeva quanto a garantida pelo **INSS**.

Mas a **previdência complementar** obriga o investidor a assumir um compromisso mensal de aplicar com vistas à aposentadoria. "Ela traz disciplina ao investidor", diz Bellangero.

Constância é um predicado importante para que o planejamento de uma aposentadoria funcione.

Outro ganho igualmente intangível, mas certamente relevante, é a garantia de acesso rápido dos dependentes ao valor aplicado em caso de morte do titular. O resgate não depende da realização do inventário, diferentemente do que ocorre com outras aplicações e bens.

PGBL, VGBL, IRPF e ITCMB. Falar sobre previdência privada é quase tomar uma sopa de letras. Mas vale entender o básico sobre como essas siglas interferem na escolha do plano.

O mais importante é que no plano de previdência privada na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) o valor contribuído pode ser deduzido da base tributável do IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) até o limite de 12% da renda bruta.

Essa vantagem não se aplica, portanto, a quem faz a declaração simplificada ou já superou o limite de 12% de abatimentos. Para esse contribuinte, o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) é interessante porque o Imposto de Renda é aplicado apenas sobre o rendimento.

No PGBL há tributação sobre o montante aplicado. Por isso é mais indicado para quem faz a declaração completa. O desconto obtido com o tempo compensa a tributação sobre o resgate.

Se o plano de previdência também está sendo pensado como uma estratégia de sucessão, cabe ficar atento sobre a relação das modalidades de planos com o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis).

Benefícios previdenciários não são legalmente classificados como herança e, por isso, estariam livres do ITCMD. O problema é que apenas o PGBL é claramente classificado como um plano de **previdência complementar**. O VGBL é um seguro pessoal.

Essa diferença na nomenclatura criou brechas para que alguns Estados passassem a aplicar ITCMD sobre planos VGBL. Contribuintes têm recorrido à Justiça para não pagar o imposto.

Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência, ressalta que o mercado de **previdência complementar** possui alternativas ajustáveis ao perfil do investidor, oferecendo até mesmo opções relativamente agressivas, que mesclam rendimentos da renda fixa e aplicações em fundos de ações. "Isso vai sempre depender do objetivo do investidor, mas certamente há opções customizáveis".

## RENDA FIXA E O PESSIMISMO NECESSÁRIO

Planejar um investimento de longo prazo destinando mais da metade da carteira para a renda fixa é imaginar que o país continuará a elevar juros em um ambiente de **inflação** persistente. Apesar de pessimista, é uma perspectiva que faz sentido no Brasil.

Proteger-se da **inflação** é a regra básica nesta etapa do planejamento para a aposentadoria.

Títulos do Tesouro Nacional atrelados à variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) garantem a variação da **inflação** até o vencimento, além de pagarem os juros contratados no período.

O Tesouro IPCA é, portanto, a certeza de rendimento real (acima da **inflação**) com a segurança de um título soberano. Por isso costuma ser a base para um planejamento financeiro conservador de longo prazo.

Títulos privados também entram na composição. LCIs e LCAs (Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio) são alternativas mais indicadas.

Investimentos em renda fixa tradicionais ainda contam com a proteção do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Esse mecanismo garante cobertura de até R\$ 250 mil ao investidor em caso de falência do emissor.

Sofisticar parte da renda fixa para buscar mais rentabilidade pode valer a pena.

Títulos de crédito privado, emitidos por empresas e organizações semelhantes, são opções para isso.

Estão nessa categoria as debêntures incentivadas, que possuem entre suas principais vantagens a isenção do Imposto de Renda. Mas é preciso tomar alguns cuidados.

Diferente da renda fixa tradicional, esses títulos não contam com a proteção do FGC. A recomendação é que a escolha seja feita sob orientação de um analista de investimentos.

Evitar concentrações superiores a 20% em uma única

categoria de ativos, assim como não destinar mais de 5% para ativos de um único emissor, são regras básicas para ter mais segurança nesse tipo de aplicação.

55

#### BOLSA PARA QUEM SABE ESPERAR

O mercado de ações oscila no presente e, por isso, costuma amedrontar investidores conservadores. Mas nesse segmento do setor financeiro há características interessantes para o planejamento da aposentadoria.

Apesar da ideia da volatilidade provocada pela especulação de curto prazo, é com o passar dos anos que investimentos na Bolsa de Valores tendem a apresentar ganhos mais consistentes.

Segundo Ivens Gasparotto, chefe de consultoria da Suno, ações de empresas sólidas e de setores essenciais, como energia e infraestrutura, aumentam a segurança desse tipo de investimento. "É improvável que um investimento de longo prazo, de dez a 20 anos, resulte em prejuízo", diz.

Já no setor de commodities, o investidor tem a possibilidade de se proteger também contra oscilações do câmbio. Materiais básicos comercializados nos mercados globais são cotados em dólar, o que permite ganhos mesmo em períodos de desvalorização do real.

Bellangero, da Planejar, diz que o investidor deve dar atenção especial a empresas que são "boas pagadoras de dividendos". Ele cita como exemplo companhias do setor elétrico.

Diversificação geográfica é outra vantagem do mercado de renda variável. Empresas com operações industriais ou que exportam para diversas regiões do planeta suportam mais facilmente ao longo do tempo crises pontuais em determinadas localidades, como crises políticas, guerras e epidemias.

Destinar ao menos parte da carteira para ações de empresas estrangeiras, sobretudo as listadas na Bolsa de Nova York, amplia tanto a diversificação geográfica quanto a cambial.

Os ETFs (Exchange Traded Funds), fundos que acompanham a variação de índices de ações no exterior, são o jeito mais simples de fazer isso.

Negociados na B3, a Bolsa de Valores do Brasil, esses fundos de índices são acessíveis a pessoas físicas por meio de corretoras .

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

## 1 Aposentadoria pelo INSS

Cálculos com base em simulações de salários médios de contribuição previdenciária

Valores estimados para aposentadorias com idade mínima de 62 anos (mulher) e de 65 anos (homem) conforme o tempo de contribuição e média salarial, em R\$\*

### Mulheres

Média salarial	15 anos	20 anos	25 anos	30 anos	35 anos
1.500,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.350,00	1.500,00
2.000,00	1.212,00	1.400,00	1.600,00	1.800,00	2.000,00
2.500,00	1.500,00	1.750,00	2.000,00	2.250,00	2.500,00
3.000,00	1.800,00	2.100,00	2.400,00	2.700,00	3.000,00
3.500,00	2.100,00	2.450,00	2.800,00	3.150,00	3.500,00
4.000,00	2.400,00	2.800,00	3.200,00	3.600,00	4.000,00
4.500,00	2.700,00	3.150,00	3.600,00	4.050,00	4.500,00
5.000,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00	4.500,00	5.000,00
5.500,00	3.300,00	3.850,00	4.400,00	4.950,00	5.500,00
6.000,00	3.600,00	4.200,00	4.800,00	5.400,00	6.000,00
6.500,00	3.900,00	4.550,00	5.200,00	5.850,00	6.500,00
7.000,00	4.200,00	4.900,00	5.600,00	6.300,00	7.000,00
7.087,22	4.252,33	4.961,05	5.669,78	6.378,50	7.087,22

### Homens

Média salarial	15 a 20 anos	25 anos	30 anos	35 anos	40 anos
1.500,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.350,00	1.500,00
2.000,00	1.212,00	1.400,00	1.600,00	1.800,00	2.000,00
2.500,00	1.500,00	1.750,00	2.000,00	2.250,00	2.500,00
3.000,00	1.800,00	2.100,00	2.400,00	2.700,00	3.000,00
3.500,00	2.100,00	2.450,00	2.800,00	3.150,00	3.500,00
4.000,00	2.400,00	2.800,00	3.200,00	3.600,00	4.000,00
4.500,00	2.700,00	3.150,00	3.600,00	4.050,00	4.500,00
5.000,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00	4.500,00	5.000,00
5.500,00	3.300,00	3.850,00	4.400,00	4.950,00	5.500,00
6.000,00	3.600,00	4.200,00	4.800,00	5.400,00	6.000,00
6.500,00	3.900,00	4.550,00	5.200,00	5.850,00	6.500,00
7.000,00	4.200,00	4.900,00	5.600,00	6.300,00	7.000,00
7.087,22	4.252,33	4.961,05	5.669,78	6.378,50	7.087,22

\*Limitado ao teto dos benefícios previdenciários vigente em 2022 Fonte: EC-103/2019

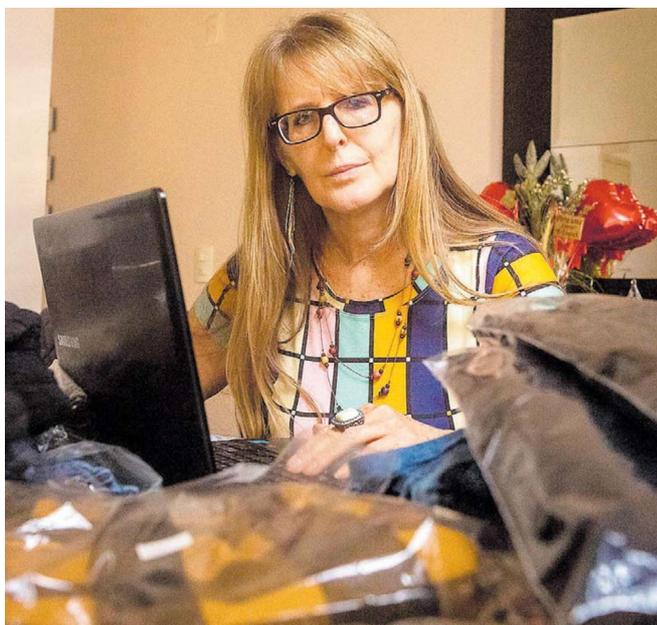
## 2 Renda fixa

Simulações para aplicações iniciais de R\$ 1.000 e taxa de juros de 11% ao ano, em R\$

	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>
Depósitos mensais até se aposentar	200,00	200,00	1.000,00	1.000,00
Quanto tempo até a aposentadoria	15 anos	30 anos	15 anos	30 anos
Valor que vai acumular (corrigido)	91.442,07	524.170,25	438.071,99	2.529.282,06
Expectativa de vida ao se aposentar	30 anos	30 anos	30 anos	30 anos
<b>Quanto poderá sacar por mês na aposentadoria</b>	<b>835,19</b>	<b>4.787,55</b>	<b>4.001,16</b>	<b>23.101,39</b>

Fonte: Suno

# Desemprego assombra mais jovens e geração acima de 50 anos, diz estudo



RENÉE PEREIRA

Nos últimos dez anos, o Brasil ganhou mais de 2,2 milhões de desempregados só nas duas pontas mais sensíveis do mercado de trabalho: de jovens e de profissionais acima de 50 anos. Na geração mais nova, entre 18 e 24 anos, um em cada quatro jovens está desocupado no País. No outro extremo, cerca de 880 mil pessoas acima de 50 anos perderam o emprego no período. No total, são 7,6 milhões de desempregados nas faixas de 14 a 29 anos e no chamado 50+, segundo pesquisa da consultoria IDados.

Hoje, essas duas gerações são as que mais têm dificuldade para conseguir emprego. O que sobra para um falta para o outro. A mais nova, apesar de ser antenada e tecnológica, não tem a experiência que as empresas pedem. Os seniores, por outro lado, têm a experiência e a vivência de trabalho, mas sofrem com o preconceito em relação ao potencial para acompanhar as inovações do mercado e por, supostamente, serem menos flexíveis.

No primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego dos brasileiros entre 14 e 17 anos era de 36,4% - ou seja, mais de um terço dessa população estava sem emprego, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para aqueles entre 18 e 24 anos, as taxas caem um pouco, para 22,8%. Entre os mais velhos, esse percentual é bem menor, em torno de 7%, mas dobrou nos últimos dez anos.

Em 2012, segundo o IDados, o número de desempregados acima de 50 anos era de 508,9 mil pessoas. Hoje, eles são 1,4 milhão de pessoas em busca de uma recolocação. A expectativa é de que esse grupo continue subindo nos próximos anos por causa das mudanças nas regras da **Previdência Social**, diz o pesquisador da consultoria Bruno Ottoni. Com o aumento da faixa etária para se aposentar (62 anos para mulheres e 65 anos para homens), as pessoas vão precisar ficar mais tempo no mercado.

Apesar da taxa de desemprego desse grupo ser menor comparada à média nacional de 11%, os números escondem uma situação complicada.

Sem oportunidades, muitos desses trabalhadores desistem de buscar trabalho, vivem na informalidade ou tentam o empreendedorismo. Há também os chamados "nem nem nem", aqueles que não trabalham, não buscam emprego e não são aposentados.

"ETARISMO." Segundo a gerente Sênior da Catho, Bianca Machado, esses profissionais sofrem com o etarismo. Existe a crença de que os profissionais mais velhos não conseguem acompanhar a tecnologia. Por isso, diz ela, os recrutadores têm receio de contratar essas pessoas, mesmo elas tendo experiência.

Bianca conta que há um movimento, ainda tímido, para criar programas e iniciativas que estimulem a contratação desse grupo de pessoas. O objetivo é dar suporte, desenvolver carreiras e aprimorar a cultura de diversidade. O grupo Elfa, empresa de soluções e serviços logísticos de saúde, criou no ano passado o programa Talento Sênior para atrair e engajar profissionais com 50 anos ou mais. Hoje, a média de idade na companhia é de 27 anos.

O primeiro ano do programa teve mais de 1 mil inscrições para oito vagas. "É um processo que exige uma certa experiência", diz o diretor de Gente e Gestão da empresa, Fred Lopes.

Os profissionais foram contratados para áreas de

recursos humanos, TI, comercial e digital.

Todos estão em posição de gerência e coordenação. Para este ano, uma nova seleção deverá ser feita no segundo semestre.

"A população está envelhecendo, mas com uma expectativa de vida cada vez maior. Então, tenho de estar preparado para essa mudança", diz Lopes.

Segundo o IBGE, em 2060 as pessoas com 65 anos ou mais vão representar 25% da população brasileira e somarão 60 milhões de pessoas.

Na avaliação do diretor da FGV Social, Marcelo Neri, a perspectiva para os mais jovens é um pouco melhor no longo prazo. "A última década foi muito difícil para os jovens (de 2014 para cá, eles perderam 14% da renda), mas acho que o jogo está virando para eles. Com a digitalização e a transição geográfica, eles serão mais valorizados." Essa geração, diz Neri, fez uma transição educacional forte e tem um nível educacional bem superior ao de seus pais.

O problema é que isso não significou melhora na produtividade, ou seja, não houve avanço em termos de inserção trabalhista, diz Neri. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), trata-se de uma geração mais pobre que a de seus pais. Isso porque o número de empregos bem remunerados de nível médio diminuiu.

Um exemplo é Gustavo Henrique Felix Salviano. Ele tem 20 anos e não consegue emprego por falta de experiência. Já fez várias entrevistas, mas sempre é barrado por esse motivo.

Atualmente, está fazendo um curso de programação para melhorar o currículo e facilitar sua entrada no mercado.

"A população está envelhecendo, mas com uma expectativa de vida cada vez maior.

Então, tenho de estar preparado para essa mudança"  
Fred Lopes Diretor de Gente e Gestão do grupo Elfa

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## MAPA DO TRABALHO

Os indicadores de ocupação e desemprego no Brasil de acordo com a faixa etária da população

### Taxa de desemprego

EM PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO

MARÇO/2012	FAIXA ETÁRIA	MARÇO/2022
2,1	60 ANOS OU MAIS	4,3
4,9	30 A 59 ANOS	8
14,1	14 A 29 ANOS	19,3

### Nível de ocupação

EM PORCENTAGEM DE BRASILEIROS EM IDADE DE TRABALHAR QUE ESTÃO OCUPADOS

MARÇO/2012	FAIXA ETÁRIA	MARÇO/2022
22,4	60 ANOS OU MAIS	21
71	30 A 59 ANOS	70,7
52,4	14 A 29 ANOS	49,8

### População economicamente ativa

EM MILHÕES DE PESSOAS

MARÇO/2012	FAIXA ETÁRIA	MARÇO/2022
5	60 ANOS OU MAIS	7
56,8	30 A 59 ANOS	68
33,8	14 A 29 ANOS	32,1

### População ocupada

EM MILHÕES DE PESSOAS

MARÇO/2012	FAIXA ETÁRIA	MARÇO/2022
4,9	60 ANOS OU MAIS	6,7
54	30 A 59 ANOS	62,6
29	14 A 29 ANOS	25,9

### População desocupada

EM MILHÕES DE PESSOAS

MARÇO/2012	FAIXA ETÁRIA	MARÇO/2022
0,1	60 ANOS OU MAIS	0,3
2,7	30 A 59 ANOS	5,4
4,7	14 A 29 ANOS	6,2

FONTE: IBIDADOS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Fundos de pensão no vermelho

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Analistas veem efeito sobre o PIB deste ano

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

# Previc tem novo diretor - DESTAQUES

## **DESTAQUES**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254)

# Ciro reorganiza estratégia e vende disruptura para tentar se diferenciar



Ciro Gomes (PDT) durante lançamento de sua pré-candidatura à Presidência, em Brasília. Pedro Ladeira - 21 Jan. 2022 / Folhapress

## Joelmir Tavares

O presidenciável **Ciro Gomes (PDT)** fez ajustes no discurso de campanha para reforçar a ideia de que é o mais indicado para fazer o que descreve como disruptura necessária para o país. Na tentativa de deixar o terceiro lugar nas pesquisas, ele busca para si o papel de candidato antissistema.

Com oscilações apenas dentro da margem de erro desde março no Datafolha, o ex-ministro marcou 8% no levantamento divulgado na quinta-feira (23), mas diz acreditar ser possível transpor a muralha representada por **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** e **Jair Bolsonaro (PL)**.

O pedetista compara a soma de 75% de intenções de voto obtida pelos dois líderes da corrida no primeiro turno a uma barragem com rachaduras. Pela analogia, a represa pode se romper graças aos eleitores de ambos que mais cedo ou mais tarde repensarão sua decisão.

A tese se choca com as atuais sondagens. Segundo a nova pesquisa, cerca de 80% dos que já optaram por Lula ou por Bolsonaro estão plenamente convictos da decisão. **Ciro** encara situação inversa: 66% dos que declaram voto nele admitem ainda mudar, e a tendência é trocá-lo pelo petista.

Estagnado nas pesquisas, embora frise que elas retratem o momento, e sem perspectiva de alianças partidárias, o ex-ministro mantém a toada de criticar na mesma intensidade Lula e Bolsonaro, mas passou a salpicar suas falas com mais referências às suas propostas de guinada radical.

É nesse contexto que aparece mais vezes a ideia de disruptura, questão que o pedetista pretende encarnar. Ele usa o termo para dizer que o acúmulo de governos com os mesmos modelos político e econômico evidencia a urgência de um rompimento drástico.

É "quase impossível" ganhar, **Ciro** afirmou à rádio CBN na terça-feira (21), mas sua esperança reside no fato de que "ciclicamente o povo brasileiro produz essas grandes disrupturas". Para ele, os eleitores até ensaiaram um movimento do tipo ao eleger **Bolsonaro**, mas só o farão de verdade se agora o escolherem.

Muito conhecido (86% sabem quem ele é) e com o terceiro maior índice de rejeição (24% não votariam nele de jeito nenhum), **Ciro** aposta no trabalho de **João Santana**, ex-marqueteiro de campanhas eleitorais do PT, para deslanchar no período oficial de campanha, entre agosto e o início de outubro.

A análise predominante na ciência política, no universo partidário e no mercado, hoje, considera remota a chance de reviravolta no quadro altamente polarizado. O nome do PDT sonha em ir ao segundo turno contra Lula, mas seu eleitorado é pressionado a dar voto útil ao petista contra **Bolsonaro**.

Apresentar-se como alguém em guerra contra o atual estado de coisas também é algo recorrente na oratória cirista em sua quarta tentativa de conquistar a Presidência da República.

Dizendo-se "o único candidato contra esse sistema", como fez no início do mês em viagem ao Rio Grande do Sul, ele tem traduzido esse desejo de mudança em propostas algo controversas.

Uma delas, pela qual tem sido indagado, é a de convidar a diretoria do Banco Central, cujo mandato vai até 2024, a renunciar no primeiro dia de seu eventual governo - se houver recusa, a alternativa é prisão em flagrante, ferramenta prevista "para quem comete crime continuado", afirmou ele.

**Ciro** prega a derrubada do tripé macroeconômico e não vê perspectiva de isso ocorrer com o atual presidente do BC, **Roberto Campos Neto**. Lula já manifestou vontade de manter **Campos Neto** no posto caso saia vitorioso no pleito de outubro. Já o pedetista diz que revogará a autonomia da instituição se eleito.

O presidenciável do PDT promete ainda um tratamento diferenciado ao Congresso, com uma relação eminentemente técnica, em torno de projetos, e menos de costuras políticas. Fala em repelir negociatas, conchavos e outros meios vistos por ele como intimamente ligados à corrupção.

Em seu eventual governo, a interação com o Parlamento também seria afetada pelo fim das emendas de relator e pela ideia de encaminhar "as grandes decisões" do país via plebiscitos e referendos populares. Elas seriam votadas "diretamente pelo povo", substituindo funções do Legislativo.

A resposta dele às críticas é a de que, na hipótese de atravessar a barreira vigente e ser ungido o condutor de um novo sistema, começará o mandato com força política imensa. Em sua ótica, o fenômeno arrastaria junto bancadas alinhadas a seu projeto e inibiria pressões do Congresso sobre o Planalto.

O plano seria consultar a população já no primeiro semestre sobre, por exemplo, uma **reforma tributária**. Outra transformação que anuncia é a promessa de não tentar a reeleição.

Sua campanha, em nota à Folha, diz que ele "é o único pré-candidato que apresenta propostas claras de mudanças" e que "não é fácil pedir a um pedaço do sistema" que participe da própria metamorfose.

O comitê diz que a mensagem de Ciro como igualmente oposto a Lula e Bolsonaro já atingiu um bom patamar de fixação e continuará sendo explorada, mas "vai se consolidar ainda mais à medida que diminuam a dispersão e o desinteresse do eleitor com relação às eleições".

O entendimento da campanha cirista é o de que a prioridade agora é difundir ao máximo o discurso e as propostas, já que a expectativa é que "a barragem se rompa à medida que o pleito se aproximar".

Pelo diagnóstico dos estrategistas de Ciro, a maioria dos brasileiros, inclusive parte dos que dizem apoiar Lula e Bolsonaro, anda insatisfeita com o atual modelo político. Muitos, porém, estariam na fase intermediária, de "saberem apenas o que não querem", sem clareza do que realmente desejam.

Ciro tem reconhecido abertamente que não é o favorito na corrida presidencial e que enfrenta uma tarefa das mais difíceis de sua trajetória na política.

Seu isolamento partidário, que por enquanto o deixa sem coligação, é atribuído a um fator simples: "As minhas ideias", conforme resumiu há alguns dias em

entrevista ao portal G1.

Na ocasião, também deu pistas de como reagirá caso Bolsonaro cumpra as reiteradas ameaças de golpe eleitoral e de não reconhecer uma eventual derrota. Ciro sugeriu comandar um levante.

"A minha grande ferramenta é a minha palavra, a minha autoridade moral, mas, se for necessário, eu também desço na periferia e organizo a rapaziada."

"A minha grande ferramenta é a minha palavra, mas, se necessário, eu desço na periferia e organizo a rapaziada Ciro Gomes pré-candidato (PDT) a presidente

**Site:**

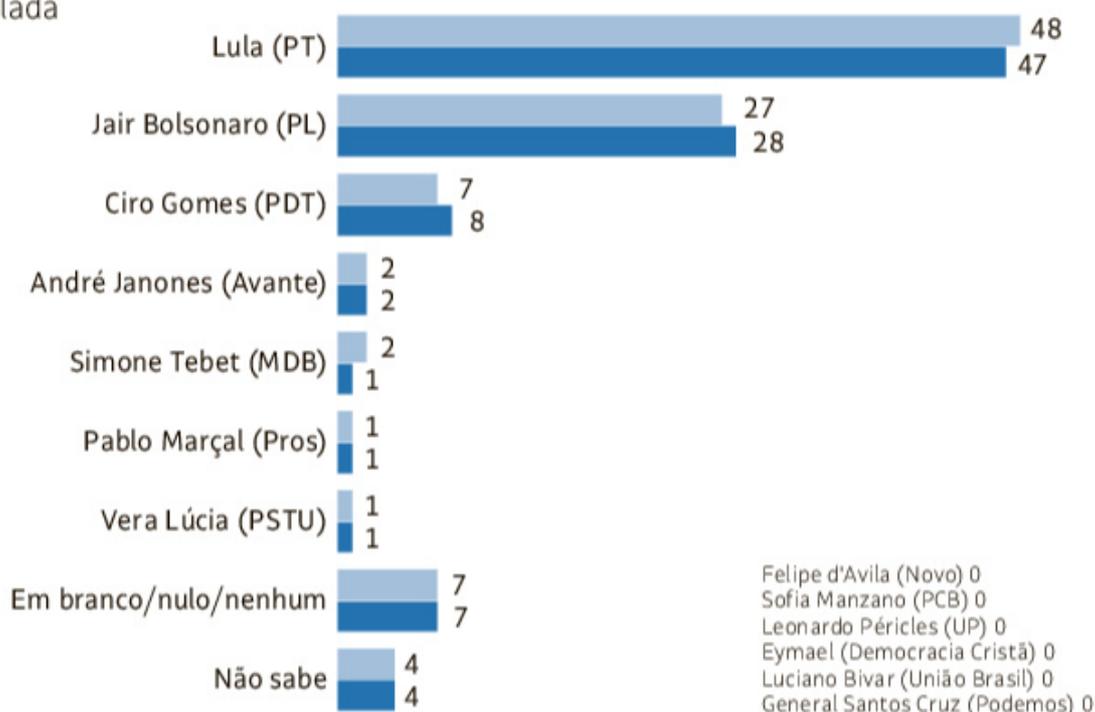
**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49955>**

## Lula tem 19 pontos sobre Bolsonaro no 1º turno

Pesquisa estimulada

Resposta  
estimulada  
e única, em %

■ 25 e 26.mai  
■ 22 e 23.jun



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais em 181 municípios nos dias 22 e 23 de junho. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

# Lula começa a se aproximar do empresariado de SP

*Mônica Scaramuzzo De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

# Roteiro da indústria para o desenvolvimento do Brasil (Artigo)

**Robson Andrade**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=10&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=10&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=10&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=10&section=2)

# O que esperar do governo Lula - BRUNO CARAZZA

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

**Noticias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
O que esperar do governo Lula

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

# Fome pede soluções urgentes



TAÍSA MEDEIROS

Quem tem fome, tem pressa, dizia o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Imortalizado na canção O bêbado e o equilibrista, de Aldir Blanc e João Bosco, na voz de Elis Regina, Betinho mobilizou o país na luta pela ética na política, pelo combate à fome e à miséria, e na defesa da vida, na década de 1990. Hoje, mais de 33 milhões de pessoas se encontram em situação de insegurança alimentar grave no Brasil, segundo dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. A campanha eleitoral fez o tema emergir nos discursos dos pré-candidatos à Presidência da República com mais intensidade.

O atual presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL -RJ) disse, em sua passagem pelos Estados Unidos, na primeira quinzena de junho, que a economia do Brasil vai "muito bem".

No discurso que fez na Cúpula das Américas, Bolsonaro mencionou dados para sustentar que o Brasil alimenta 1 bilhão de pessoas no mundo. "Garantimos a segurança alimentar de um sexto da população mundial", afirmou, ignorando os números internos que apontam para o avanço da fome no país.

Em outra ocasião, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente e um dos membros mais ativos na campanha da reeleição, contestou os dados, e argumentou que as famílias beneficiárias do Auxílio Brasil, com valor mensal de R\$ 400 do governo federal, podem passar por dificuldades, mas não quer dizer que não tenham o que comer.

"Quem recebe 400 reais por mês de Auxílio Brasil

pode ter dificuldade, mas fome não passa.

O presidente Bolsonaro zerou os **impostos** federais sobre arroz, feijão, zerou **impostos** de importação sobre os derivados do petróleo que vem para abastecer as nossas redes de postos", disse.

Já o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve suas diretrizes de governo divulgadas na última terça-feira, com um programa de recuperação da economia e retomada de programas sociais para combater a insegurança alimentar e a desigualdade social. O documento propõe a ampliação do programa Bolsa Família, a ser implementado de forma urgente "para garantir renda compatível com as atuais necessidades da população", segundo o texto.

Em visita a uma feira de agricultores familiares, no último dia 16, Lula afirmou, na ocasião, que a solução para a fome no país é a agricultura familiar.

"A fome é falta de vergonha na cara de um governante. Pode ficar certo que a agricultura familiar vai acabar com a fome nesse país", disse o ex-presidente.

Nas pré-campanhas da terceira via, as propostas para o combate à insegurança alimentar estão postas à mesa. O pré-candidato Ciro Gomes (PDT) defende o Programa Renda Mínima Universal Eduardo Suplicy, que engloba pagamentos feitos pelo Auxílio Brasil, Seguro Desemprego e aposentadoria rural. "Vamos criar estoques reguladores de feijão, arroz e outros cereais e alimentos, para baixar o preço da comida. E vamos garantir gás de cozinha pela metade do preço para famílias de renda mensal de até três salários-mínimos", informou a equipe da campanha do pedetista ao Correio.

Ciro apontou, em entrevista recente, que a grande dificuldade do país em recuperar seus níveis de segurança alimentar está na destruição da estrutura de abastecimento e preços. "No Brasil, era Conab, Cibrazem, Cobal, estruturas que fazem o óbvio: chegou a safra, o governo entra comprando para proteger o produtor com a política de preços mínimos, porque ele não tem dinheiro para pagar o banco, o agiota, não tem onde guardar, onde processar", disse na ocasião.

Já a senadora e pré-candidata Simone Tebet (MDB-MS) assegurou, ao Correio, que o combate à fome é "prioridade máxima" do seu governo, caso eleita.

"Temos de tomar medidas de impacto imediato e outras de efeito de médio e longo prazos. A primeira coisa a fazer é criar um programa de transferência de renda permanente, mas, com critérios claros de entrada e porta de saída para os beneficiários. Ou seja, não basta usar recursos públicos de forma errática e eleitoreira, sem ter como base um projeto sólido." Para o médio e longo prazos, Tebet aposta na consolidação da educação. "O governo federal tem de parar de jogar o problema nas costas dos estados e municípios e fingir que não tem nada a ver com o assunto", declarou.

"É inadmissível, sob todos os aspectos, morais, sociais ou humanitários, que aceitemos o fato de 5 milhões de crianças dormirem com fome todas as noites no Brasil", declarou ela.

#### Causas

O economista e professor aposentado da UnB Roberto Piscitelli aponta que a fome não é desconhecida nem nova, mas agravada especialmente a partir de 2016, com a deterioração das condições econômicas e do desmantelamento dos programas sociais. "São dois aspectos que resumem o reingresso do Brasil no mapa da fome", analisou.

Para ele, a falta de planejamento acelerou o processo.

"A gente abandonou a ideia de planejamento, é tudo imediato.

É o corte do tributo nos próximos meses, o subsídio no final do ano. Isso não leva a lugar nenhum.

Precisamos voltar a ter um Ministério do Planejamento.

É preciso eliminar esses núcleos de governo superpoderosos", disse o acadêmico.

Já o professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Pedro Villas Boas Castelo Branco evidencia que não há falta de alimentos no Brasil. "O que existe é um grave problema distribuição, concentração de renda, o que prova que o problema é político. O Brasil é um dos maiores exportadores de proteína animal do mundo e mais da metade da população está em situação de insegurança alimentar", avaliou.

Castelo Branco aponta que o único partido com legado em ações de combate à fome é o PT, e observa o programa apresentado recentemente para as eleições de 2022. "O programa menciona uma política nacional de alimentos com o restabelecimento de estoques

capazes de atender a demanda dos segmentos em situação de insegurança alimentar.

Outro ponto é a retomada do Bolsa Família, que será renovado e estendido em conformidade com as necessidades", apontou.

Para o diretor-executivo da ONG Ação da Cidadania, Rodrigo "Kiko" Afonso, é fato que a pandemia contribuiu para agravar o quadro, mas não foi determinante.

"Claro que a crise econômica joga as pessoas numa condição pior economicamente, e na miséria, na pobreza, mas, quando você tem as ferramentas estabelecidas do estado para dar alguma condição de saída, ou dar algum alento para essas famílias poderem pelo menos comer, você consegue segurar essa curva. Essas políticas simplesmente foram sendo deterioradas", explicou.

A ONG, fundada por Betinho em 1993, lançou, na última semana, a Agenda Betinho para as eleições estaduais e presidenciais em 2022. O documento conta com 92 propostas para o país, com o objetivo de gerar políticas públicas estaduais e nacionais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a classe política de propostas para possíveis soluções.

#### Curto prazo

Não há como reverter a situação da insegurança alimentar no Brasil sem a participação do Estado.

É o que defendem, de maneira unânime, os especialistas que se dedicam à compreensão do problema. Para Kiko Afonso, o Estado deve ser o protagonista no processo. "A sociedade, as empresas e as organizações da sociedade civil têm papéis importantes, mas elas não têm a escala que o Estado tem pra conseguir resolver", disse o diretor da ONG.

No curto prazo, ele defende que medidas emergenciais sejam tomadas. "Nenhuma solução que vá ser colocada vai resolver no curtíssimo prazo qualquer coisa estruturante. Essa construção demora", explica.

O economista Piscitelli reforça a importância de ações emergenciais: "Os programas sociais de distribuição de renda, a curto prazo, são insubstituíveis.

Programas como Auxílio Brasil e Bolsa Família são indispensáveis, e precisa haver uma perspectiva de que esses programas sejam implementados e permaneçam em vigor até que a gente consiga organizar a questão econômica no Brasil", disse.

# Menos disseminada, inflação ainda supera 12% em 12 meses

**Sérgio Lamucci São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

# Governo de SP reduz ICMS da gasolina e espera queda de até R\$ 0,48 por litro na bomba

*Por Agência O Globo*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/27/governo-de-sp-reduz-icms-da-gasolina-e-espera-queda-de-ate-r-048-por-litro-na-bomba.ghtml>

**Site:**

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/27/governo-de-sp-reduz-icms-da-gasolina-e-espera-queda-de-ate-r-048-por-litro-na-bomba.ghtml>

# À espera do efeito da redução do ICMS

Entidade que representa os produtores de Minas, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Fae-mg) vê com grande expectativa a questão do Projeto de Lei 18/2022, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que limita a aplicação de alíquotas de ICMS para combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. A entidade considera que a medida pode representar redução importante nos custos para o produto.

"É uma expectativa importante que precisa ser considerada e pode trazer um alento na questão do ICMS, o que beneficiaria os produtores na questão dos combustíveis. Já houve queda de 0,64% no IPCA-15 relacionado aos itens transportes, mas temos que acompanhar como vai fechar a **inflação**, dentro de uma perspectiva de desdobramento do projeto de lei, para ver se haverá redução para as refinarias e também para os consumidores", ressalta a assessora econômica da Faemg, Aline Veloso.

De acordo com ela, a Faemg vem orientando os produtores sobre a melhor forma de cortar custos nas propriedades rurais, compensando as perdas pelo reajuste dos combustíveis.

"Hoje, vários produtores usam o diesel como insumo em suas propriedades e também no transporte. Qualquer reajuste fora do controle do produtor rural impacta na questão de custos. Nossa orientação é para que ele apure seus custos de produção para que obtenha a máxima eficiência em sua atividade. Infelizmente, este controle não está nas mãos", comenta. (RD)

# Pastor e ex-MEC estiveram 10 vezes no mesmo hotel, diz PF



Hotel Grand Bittar, em Brasília, usado como QG de pastores Paulo Saldaña/Folhapress

**Paulo Saldaña e Fabio Serapião Paulo  
Saldaña/Folhapress BRASÍLIA**

A Polícia Federal confirmou 63 hospedagens do pastor Arilton Moura e uma do pastor Gilmar Santos em um hotel de Brasília usado por eles como QG para negociações de verbas federais com prefeitos. Em dez dessas vezes, Arilton se hospedou nas mesmas datas em que Luciano de Freitas Musse, ex-assessor do MEC (Ministério da Educação), estava no local.

Como a Folha revelou em março, os pastores - próximos do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-ministro Milton Ribeiro- usavam o hotel Grand Bittar para receber prefeitos e assessores e negociar liberação de recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Eles nunca tiveram cargo no governo.

A reportagem indicou que funcionários do MEC também circulavam com grande frequência no local. O que também foi confirmado pela PF.

Ribeiro foi preso na quarta (22) e solto no dia seguinte por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. As investigações de um balcão de negócios no MEC miram também Gilmar Santos, Arilton Moura, Luciano de Freitas Musse e Helder Bartolomeu, genro de Arilton. Há suspeita de interferência de Bolsonaro na investigação.

A presença mais recorrente no hotel era a de Arilton Moura. Ele se hospedou 10 vezes em 2020, outras 38 em 2021 e, neste ano, esteve em 10 oportunidades no local.

A última vez que Arilton fez check-in no hotel foi em 21 de março. É o mesmo dia em que a Folha revelou áudio em que o ex-ministro diz que priorizava pedidos do pastor Gilmar e que isso ocorria a partir de pedido de Bolsonaro.

Ele fez check-out no dia 23 de março e, segundo os registros colhidos pela PF, não voltou mais ao local.

Em março, dois funcionários relataram à reportagem que o pastor Arilton chegou a exibir uma barra de ouro no restaurante do hotel -isso teria ocorrido em meados de 2021.

Há registro de apenas uma estadia do pastor Gilmar, em 9 de setembro de 2021. Mas os relatos de prefeitos, assessores e funcionários do hotel indicam que ele circulava com assiduidade pelo lobby e restaurante do mezanino.

Já o ex-assessor do MEC Luciano Musse hospedou-se 29 vezes no Grand Bittar. Foram 24 em 2021 e 5 neste ano.

A PF ressalta as datas coincidentes em que Musse e Arilton hospedaram-se ao mesmo tempo. Das dez vezes que isso ocorreu entre 2021 e 2022, em sete delas Musse já estava no cargo de gerente de projetos da secretaria-executiva do MEC.

Ele foi nomeado em 6 de abril e só foi exonerado em 29 de março, um dia depois que Milton Ribeiro se desligou do cargo. Antes de entrar para o MEC, integrava comitiva dos religiosos e esteve em ao menos três encontros oficiais com Milton Ribeiro.

Musse foi para o MEC depois que a pasta não conseguiu nomear o pastor Arilton Moura. O atual ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, é quem tocou os trâmites.

"Luciano, no contexto investigativo até aqui delineado, atuando juntamente com o pastor Arilton, é personagem importante no suposto esquema de

cooptação de prefeitos para angariar vantagens pessoais através do direcionamento ou desvio de recursos do FNDE/MEC a pretexto de atender políticos/prefeituras", diz a PF no inquérito.

A pedido de Arilton, Musse recebeu R\$ 20 mil nas tratativas para realizar um evento com Milton Ribeiro em uma cidade do interior de São Paulo. Os investigadores confirmaram declaração do prefeito de Jaupaci (GO), Laerte Dourado (PP), de que Musse fez o convite para o encontro com pastores no hotel Grand Bittar.

Relatos de reuniões com prefeitos no hotel, seguidas de encontros com Milton Ribeiro, coincidem com as estadias. Tanto Luciano quanto Arilton estavam hospedados em 5 de janeiro deste ano, quando o prefeito de Rosário (MA), Calvet Filho (PSC), gravou um vídeo com o agora exministro direto do apartamento dele, na Asa Norte de Brasília. Calvet encontrou-se com os pastores no hotel, segundo relatos -o que ele negou à reportagem.

Em 15 de abril do ano passado, os pastores participaram de evento no MEC, em posição de destaque ao lado do ministro e, no mesmo dia, negociaram obras de educação com gestores no Grand Bittar e no restaurante Tia Zélia. É nesta data que teria havido o pedido de propina em ouro relatado pelo prefeito Gilberto Braga, de Luis Domingues (MA).

Tanto Arilton quanto Musse estavam hospedados no Grand Bittar nessa época. Luciano, entre os dias 12 e 16 daquele mês; Arilton, de 13 a 16.

No dia em que foi preso, Arilton disse a uma advogada que vai "destruir todo mundo" caso aconteça algo com sua "menininha" -o que parece ser relacionado à mulher dele. O diálogo foi colhido pela PF por interceptação telefônica.

A Folha não conseguiu falar com a defesa dos pastores e com o ex-assessor do MEC neste fim de semana. A defesa de Bolsonaro nega qualquer interferência.

63

É o número de vezes que o pastor Arilton Moura se hospedou no hotel. O pastor Gilmar Santos ficou só uma vez no local

29

É a quantidade de hospedagens do ex-assessor do MEC Luciano Musse

10

É o número de vezes que Arilton Moura e Luciano Musse se hospedaram nas mesmas datas

Linha do tempo

18.mar.2022

O jornal O Estado de S. Paulo publica reportagem sobre pastores que atuam junto ao MEC por liberação de verbas

21.mar.2022

A Folha revela áudio em que o ministro Milton Ribeiro diz priorizar prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar e Arilton, atendendo a uma solicitação do presidente Jair Bolsonaro. Revelação faz situação do então ministro se agravar

23.mar.2022

O procurador-geral da República, Augusto Aras, pede ao STF a abertura de inquérito contra Milton Ribeiro para apurar suspeitas de prática dos crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa

24.mar.2022

A ministra Cármen Lúcia, do STF, autoriza abertura de inquérito

28.mar.2022

Milton Ribeiro é exonerado do Ministério da Educação e deixa carta em que afirma que revelação de áudio pela Folha fez sua vida mudar

4.abr.2022

Polícia Federal pede ao STF para que houvesse interceptação telefônica e busca e apreensão sobre Milton Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton

12.abr.2022

Pedido da PF é complementado para incluir medidas também contra Luciano Musse, ex-assessor do MEC

5.mai.2022

Após a exoneração e perda de foro de Ribeiro, Cármen Lúcia manda processo para ser distribuído na 1ª instância da Justiça Federal

17.mai.2022

Juiz Renato Coelho Borelli, da Justiça Federal do Distrito Federal, dá primeira decisão autorizando grampo telefônico, quebra de sigilo e buscas e apreensões no caso

9.jun.2022

Em interceptação telefônica, Milton Ribeiro diz à filha que recebeu naquele dia um telefonema do presidente Jair Bolsonaro no qual ele teria dito estar com um "pressentimento" de que haveria busca e apreensão. Nesse dia, Bolsonaro estava nos EUA em companhia do ministro da Justiça, Anderson Torres

20.jun.2022

Borelli autoriza medidas mais duras contra Milton Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Para eles, foi determinada a prisão preventiva. Além disso, ele autoriza a prisão domiciliar de Luciano Musse e de Helder Bartolomeu, além de quebras de sigilo bancário

22.jun.2022

A operação Acesso Pago é deflagrada e o ex-ministro é preso. Ligação interceptada pela PF mostra esposa de Milton Ribeiro afirmando que marido "não queria acreditar", mas os "rumores do alto" apontavam que uma operação iria ocorrer

23.jun.2022

A Folha revela mensagem de delegado da PF responsável pelo caso em que ele afirma ter havido interferência na investigação. TRF-1 manda soltar Ribeiro e pastores

24.jun.2022

O juiz Borelli determina o envio dos autos ao STF novamente, ao mencionar o telefonema em que Ribeiro cita Bolsonaro

Entenda o caso

O que é investigado pela operação Acesso Pago?

Os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura são peças centrais no escândalo do balcão de negócios dentro do Ministério da Educação, então sob o comando de Milton Ribeiro. Como mostrou a Folha, eles negociavam com prefeitos a liberação de recursos federais mesmo sem ter cargo no governo. Os recursos são do FNDE, órgão ligado ao MEC e controlado por políticos do centrão, bloco político que dá sustentação a Bolsonaro desde que ele se viu

ameaçado por uma série de pedidos de impeachment ao longo do mandato. O fundo concentra os recursos federais destinados a transferências para municípios. Prefeitos relataram pedidos de propina, algumas em ouro. Milton Ribeiro nega seu envolvimento no caso e diz que sua prisão foi injusta. A defesa de Gilmar Santos tem dito que o pastor não cometeu irregularidades. Já a de Arilton afirma que só se manifestará nos autos.

Milton Ribeiro ainda está preso?

Não. Um dia após ser detido, o ex-ministro da Educação foi solto por decisão da Justiça. O juiz federal Ney Bello, do TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), decidiu na quinta (23) pela revogação da prisão preventiva do ex-ministro e dos demais detidos na operação Acesso Pago, entre eles os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ambos ligados a Bolsonaro.

O que foi dito nas conversas interceptadas pela Polícia Federal?

Em ligação com sua filha no dia 9 de junho, Milton Ribeiro afirmou que o presidente Jair Bolsonaro teria dito estar com um "pressentimento" de que iriam atingi-lo por meio da investigação contra o ex-ministro. "Hoje o presidente me ligou, ele está com pressentimento, novamente, que eles podem querer atingi-lo através de mim. É que tenho mandando versículos para ele", disse Ribeiro, na conversa revelada pela GloboNews e depois confirmada pela Folha. Questionado pela filha sobre se Bolsonaro queria que o ministro parasse de enviar mensagens, Ribeiro negou e citou a suspeita levantada pelo presidente. "Não, não é isso. Ele acha que vão fazer uma busca e apreensão... em casa... sabe... é... é muito triste", afirmou.

E a conversa da mulher do ex-ministro?

Já em uma segunda interceptação realizada na última quarta-feira (22), dia em que Ribeiro foi preso, a esposa do ex-ministro, Myrian Ribeiro, relatou a um interlocutor que seu marido "não queria acreditar", mas "estava sabendo" do que ocorreria. "Para ter rumores do alto é porque o negócio estava certo", disse em telefonema.

O que os investigadores dizem sobre as conversas interceptadas?

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal sustentam a versão de possível vazamento e interferência com base nas interceptações telefônicas feitas ao longo da investigação. Segundo a PF, a ligação de Myrian registrada leva a "crer que Milton

Ribeiro teria conhecimento de uma possível operação policial", fato que já estava na mira dos investigadores por causa de outras conversas do ex-ministro, entre elas uma "que teria tido com o presidente da República com este mesmo teor". O Ministério Público Federal, por sua vez, apontou

"indício de vazamento da operação policial e possível interferência ilícita por parte do presidente da República Jair Messias Bolsonaro nas investigações".

O que diz a defesa de Bolsonaro?

O advogado Frederick Wassef afirma que não houve conversa entre o presidente e o ex-ministro e que caberá a Ribeiro explicar o uso "indevido" do nome do chefe do Executivo. Wassef ainda reitera que Bolsonaro não interfere na Polícia Federal. "Se o ex-ministro usou o nome do presidente Bolsonaro, usou sem seu conhecimento, sem sua autorização. Ele que responda. Compete ao ex-ministro explicar por que é que ele usa de maneira indevida o nome do presidente da República", disse o advogado de Bolsonaro nesta sexta-feira (24). "O presidente não teve informações privilegiadas. Não tem nenhuma informação sobre nenhuma investigação", acrescentou sobre o caso.

O que acontece com o caso após a menção a Bolsonaro?

A suspeita de interferência de Bolsonaro e de vazamento da operação Acesso Pago embasaram a decisão do juiz Renato Borelli, da Justiça Federal do Distrito Federal, de enviar o caso para o STF (Supremo Tribunal Federal). Além das conversas telefônicas, outro motivo para a remessa foi uma mensagem enviada a colegas pelo delegado federal responsável pelo pedido de prisão de Milton Ribeiro, Bruno Calandrini, de que houve "interferência na condução da investigação". Calandrini afirma no texto que a investigação foi "prejudicada" em razão de tratamento diferenciado dado pela polícia ao ex-ministro do governo Jair Bolsonaro. O episódio foi revelado pela Folha.

Qual a relação do ministro da Justiça com a suposta interferência?

O ministro da Justiça, Anderson Torres, acompanhava o presidente Jair Bolsonaro em viagem aos Estados Unidos, para a Cúpula das Américas, quando, segundo Milton Ribeiro, o mandatário telefonou para avisar sobre um "pressentimento" de que haveria uma operação da Polícia Federal.

Como titular da Justiça, Torres tem sob a aba do seu ministério a Polícia Federal, responsável pela operação que investiga as irregularidades na liberação

de verbas do Ministério da Educação. Além disso, o atual diretor-geral da PF é Márcio Nunes, amigo de Torres. Como mostrou a Folha, a ida de Torres aos Estados Unidos na comitiva com Bolsonaro foi decidida de última hora. Procurado, o ministro da Justiça não respondeu.

O que dizem os aliados de Bolsonaro?

Aliados do presidente acreditam que o que já saiu até o momento é fraco para comprometê-lo, como mostrou o Painel. Um dos auxiliares do núcleo duro da campanha acredita que a **inflação** e a alta dos preços dos combustíveis continuam sendo um problema maior para as eleições em outubro - segundo pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Lula (PT) lidera a corrida presidencial. Aliados de Bolsonaro, contudo, não veem como bom sinal a remessa das investigações para o STF.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49955>

## Desafios à esquerda (Editorial)

Com a vitória de Gustavo Petro na eleição presidencial da Colômbia, cinco das seis maiores economias da América Latina -incluindo também México, Argentina, Chile e Peru- estarão sob governos considerados de esquerda. Líder nas pesquisas de intenção de voto aqui, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode adicionar o Brasil a essa lista.

O avanço da esquerda não parece significar uma reorientação ideológica consistente, porém. O movimento parece decorrer mais da rejeição às lideranças incumbentes, seja qual for sua filiação política, tendo em vista a letargia econômica e o agravamento de tensões sociais nos últimos anos.

Entre 2010 e 2020, a América Latina cresceu apenas 2,2% ao ano, abaixo da média mundial de 3,1%. Tal ritmo mal supera a expansão populacional, o que significa na prática um quadro de estagnação da renda e piora de indicadores sociais ao longo do período.

Desde a pandemia, a situação se agravou com a falta de acesso a saúde e educação de amplos estratos. Mais recentemente, a escalada da **inflação**, que se aproxima de 10% anuais em vários países da região, rondando os 60% na Argentina, amplia o descontentamento.

O fato é que o ambiente global não é favorável a um longo ciclo de abundância. À diferença do que se viu na década de 2000, outro momento em que a esquerda governava boa parte da região, não se espera um processo continuado de aumento de preços de matérias-primas, a base da exportação da maioria dos latino-americanos.

A guerra na Ucrânia elevou preços de metais, alimentos e energia, mas o ganho desta vez não conta com a demanda chinesa e pode ser revertido. O dano colateral, ademais, se mostra na forma de **inflação** que pune os mais pobres.

Ao menos, a esquerda que chega ao poder não é monolítica. Gabriel Boric, jovem presidente do Chile, apresenta uma plataforma modernizante e mostra repulsa às tendências autoritárias de esquerda que ainda grassam no continente. Já o velho populismo persiste em líderes como López Obrador, do México, e Pedro Castillo, do Peru.

Se o desejo geral é por mudanças, onde a esquerda governa há mais tempo, caso da Argentina, os ventos podem soprar para o outro lado na próxima eleição.

O grande desafio será não repetir erros do passado, como fiar-se apenas em gasto público na busca de crescimento econômico. Novas ideias, porém, continuam escassas.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49955>

# "Enfraquecido", G7 não previu "economias ocidentais expostas" - TODA MÍDIA

2Nelson de Sá [nelson.sa@grupofolha.com.br](mailto:nelson.sa@grupofolha.com.br)

No alto da Bloomberg, com a foto oficial, "Vista deslumbrante de montanha não esconde humor sombrio entre líderes do G7". Resulta sobretudo da **inflação** que "ruge", mas também da "ansiedade com popularidade de Biden".

Os líderes "lutam com aumento de energia e alimentos", enquanto "os cofres de Putin continuam a engordar". Logo abaixo, sobre a proposta americana de um "teto para o preço do petróleo", a Bloomberg diz que "é pura fantasia".

Nos jornais americanos, a atenção foi menor, mas o humor era o mesmo. No Wall Street Journal, "Líderes do G7 enfraquecidos por **inflação** e impaciência em seus países".

Ressalta que "as consequências da guerra econômica com a Rússia começam a doer", já com "reveses" políticos, inclusive Biden. "Mas as condições na Europa são piores", sobretudo na Alemanha, diz o WSJ.

O New York Times deu a chamada "Países ocidentais enfrentam dificuldades crescentes, enquanto sanções têm pouco impacto na Rússia". Os líderes "não esperavam", não tinham "projetado as economias ocidentais tão expostas".

Depois o jornal se voltou para o alerta de que a "corrida para substituir os combustíveis fósseis russos" está vitimando a luta contra a mudança do clima, com "ressurgimento" de carvão, petróleo e gás. Também o WSJ ressaltou que o movimento ocidental ameaça as metas assumidas.

As duas publicações reagem à proposta da Alemanha ao G7, noticiada na Bloomberg, para o grupo suspender o compromisso de não financiar projetos de combustível fóssil no exterior. Se passar, diz o NYT, "vai ficar difícil persuadir o resto do mundo".

O governo alemão já voltou a financiar combustível fóssil na África, "violando seu próprio compromisso", além de subsidiar gasolina e estender o uso de geradores a carvão -estimulando outros europeus a fazer o mesmo, como Holanda, Áustria e Itália.

ESQUERDA ESCONDIDA

Nos jornais alemães, a virada de seu governo tem menos atenção. O Süddeutsche Zeitung, da região onde ocorre a cúpula do G7, noticiou que os protestos caíram em relação à edição anterior no país, sete anos atrás. "A baixa participação se deve aos dois partidos do governo", social-democratas e verdes, que desta vez "se escondem".

QUÃO BAIXO DESCEU

Com a atenção na Espanha voltada para a reunião da Otan na terça (28), mal se noticia que 37 africanos foram mortos ao tentar entrar no país; uma exceção é o Süddeutsche, que vê "Um novo abismo para a Europa", diante do líder espanhol, que "elogiou -sim, elogiou- o trabalho extraordinário das nossas forças de segurança"; pergunta o jornal alemão: "Quão baixo o moral desceu na Europa para um político de esquerda falar tão insensivelmente? Ele aprova que os guardas de fronteira empilhem pessoas?"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

55

# 63% dizem não ganhar o necessário e ter problemas financeiros, mostra Datafolha

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>  
55

A maioria dos brasileiros sente que o orçamento familiar perdeu poder de compra e que a economia não vai conseguir engatar uma reação mais forte nos próximos meses, ainda que melhore um pouco.

Segundo Datafolha, 63% afirmam sentir restrições financeiras em casa. Desse contingente, 37%, declaram que o dinheiro da família hoje não é suficiente, e que às vezes até falta. Outros 26% afirmam que ganham muito pouco, o que traz dificuldades.

O Datafolha ouviu 2.556 brasileiros em 181 cidades na quarta-feira (22) e quinta (23). A margem de erro da pesquisa é de dois pontos para mais ou menos.

Essa pesquisa mais recente mostra uma reversão na tendência detectada anteriormente.

O contingente de brasileiros que declaravam ter limitações orçamentárias na família vinha caindo desde o pico, em julho de 2016, quando 67% afirmaram ter problemas financeiros em casa. Há um ano, essa parcela havia diminuído para 55%.

O número de brasileiros que declarava ganhar muito pouco ainda avançava, e chegou a 25% em junho de 2021. No entanto, o contingente que dizia não ganhar o suficiente, e ver o dinheiro faltar, vinha em queda, chegando a 30%.

Naquele momento, 39%, afirmavam ganhar exatamente o que precisavam para viver. Agora, essa parcela caiu para 32%.

A pesquisa mostra que a situação atualmente é muito delicada principalmente para quem tem renda familiar de até dois salários mínimos, com 81% declarando sofrer limitações financeiras.

Nessa parcela, 42% afirmam que a renda familiar não é suficiente, e às vezes falta dinheiro, enquanto 39% dizem que ganham muito pouco e têm dificuldades.

As projeções para a economia ainda são ruins para os próximos meses, mas a parcela de brasileiros que estimam uma reação começa a subir.

Na pesquisa atual, 63% esperam aumento na **inflação** contra 74% em março. A parcela que projeta **redução** foi de 10% para 13%, enquanto quem acredita que vai ficar como está passou de 12% para 19% no mesmo período.

O grupo que estima aumento no desemprego lidera, mas também cedeu, de 50% em março para 45% agora.

Em relação à expectativa do poder de compra dos salários, há uma melhora, com empate técnico no Datafolha de junho. A pesquisa mostra que 34% acreditam que vai perder poder de compra, outros 33%, que vai ficar como está.

Em março, 40% esperam perda e 29% acreditavam que iria ficar como estava.

A parcela que estima aumento no poder de compra ficou na margem de erro, indo de 27% em março para 29% agora.

A leitura sobre o desempenho econômico não se altera há alguns meses.

Nesta pesquisa de junho, a parcela de brasileiros que declara ver piora na economia é de 67%. O patamar é similar ao registrado nas pesquisas de dezembro do ano passado (65%), março (66%) e maio (66%) deste ano.

No entanto, chama a atenção a percepção mais negativa em alguns segmentos. Entre os quem têm renda familiar de até dois salários mínimos, 70% afirmam que a economia piorou. Essa leitura é majoritária entre mulheres e jovens de 16 a 24 anos, com 73% em ambos segmentos afirmando que houve piora na cena econômica.

No plano pessoal, a leitura é um pouco mais amena.

A maioria dos entrevistados declara que sua situação econômica piorou. No entanto, esse contingente caiu de 52% em maio para 47% agora.

Em contrapartida, subiu de 29% em maio para 32% nesta pesquisa em junho a parcela que declara não ver mudanças na condição econômica. O número de

entrevistados que identificam melhora está estável. Foi de 19% nas pesquisas de dezembro, março e maio, e 20% agora.

Olhando para frente, existe uma expectativa de que dias melhores virão.

A projeção de melhora da economia tem crescido e já empata com as previsões negativas. O número de pessoas que espera piora na economia caiu de 40% em março para 34% agora. Quem tem expectativa de uma melhora subiu de 27% para 33% no período.

A maioria espera melhorar na sua situação, mas os dados permanecem praticamente estáveis.

No Datafolha de junho, 47% acreditam que sua situação vai melhorar. Em março eram 45%. Nas duas pesquisas 35% declararam que a situação tende a ficar igual. Houve leve queda na parcela que prevê piora na sua situação, 18% para 15% agora.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

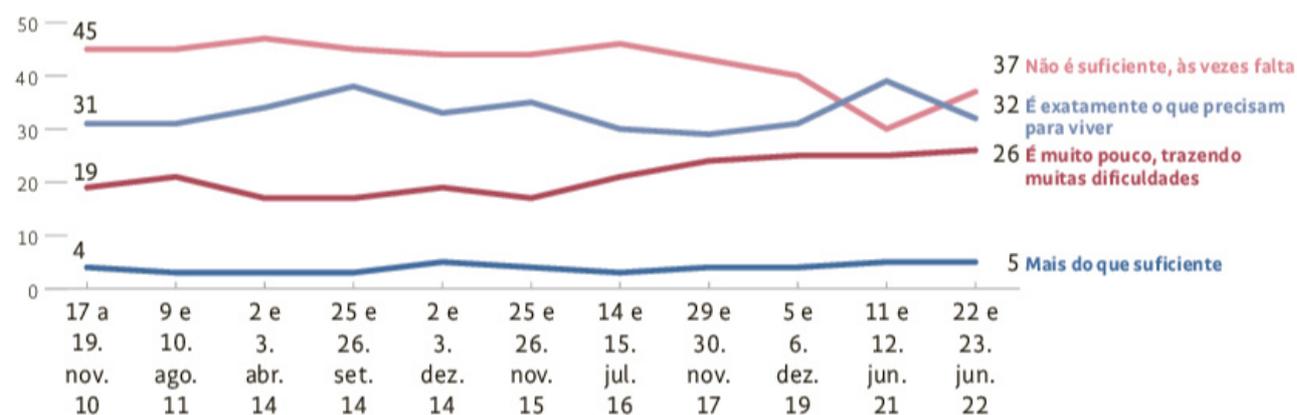
**55**

## Orçamento familiar apertado numa economia que não reage

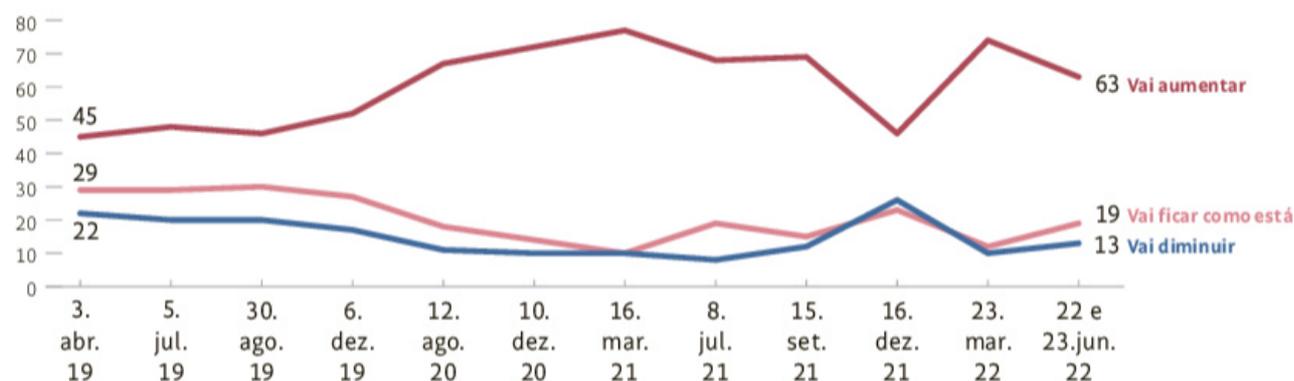
Para a maioria dos brasileiros, o rendimento da família já não é suficiente para cobrir todos os gastos e a expectativa é que a economia não vai reagir nos próximos meses

Resposta estimulada e única, em %

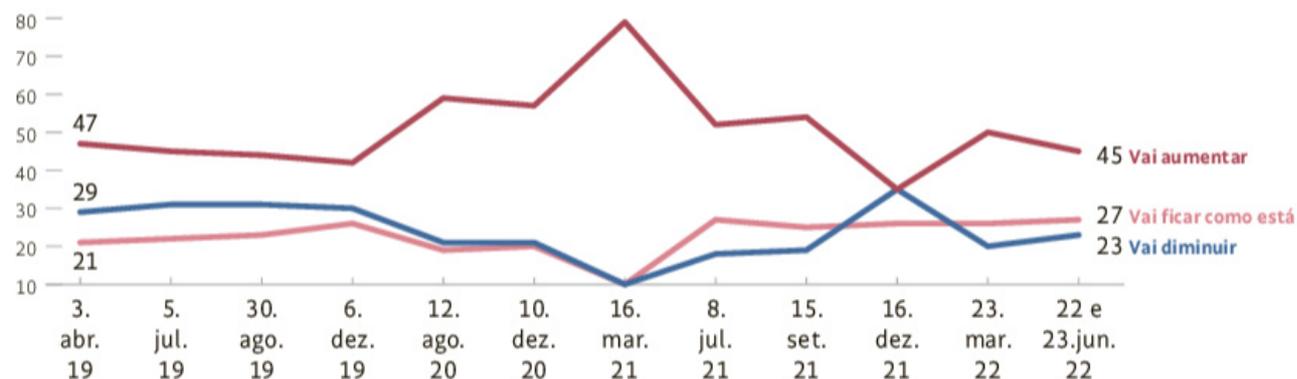
Você diria que o **dinheiro** que você e sua família ganham...



Daqui pra frente a **inflação** vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?



Daqui pra frente o **desemprego** vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?

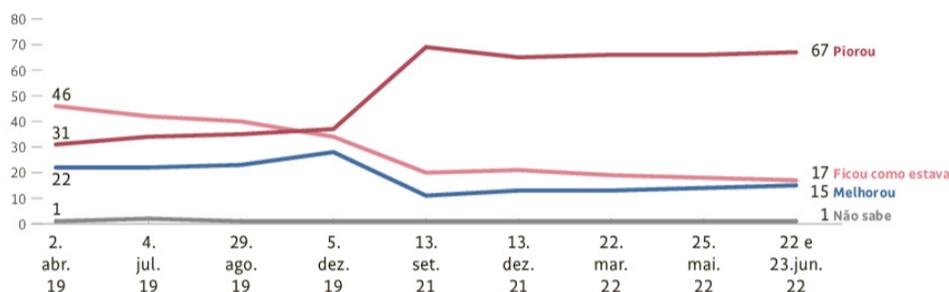


Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais em 181 municípios nos dias 22 e 23 de junho. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

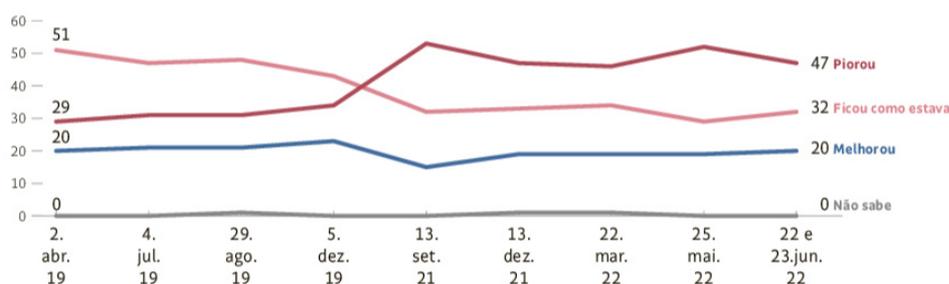
### Situação econômica

Resposta estimulada e única, em %

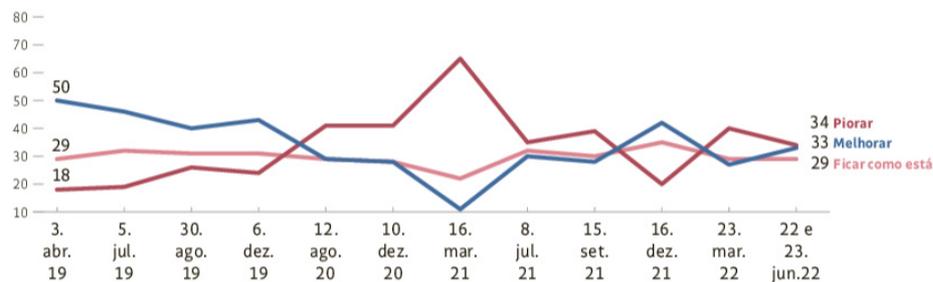
Você diria que nos últimos meses a situação econômica do país...



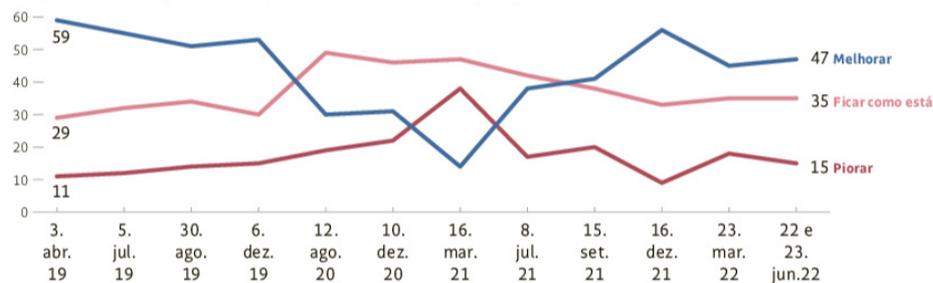
E a situação econômica do entrevistado?



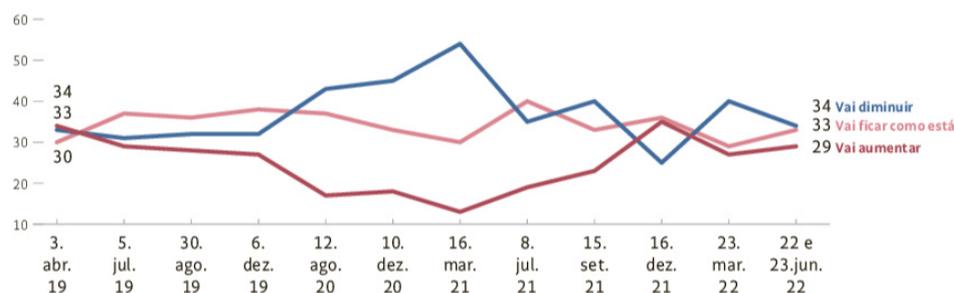
Nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?



Nos próximos meses, a sua situação econômica vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?



E o poder de compra dos salários vai aumentar, diminuir ou ficar como está?



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais em 181 municípios nos dias 22 e 23 de junho. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

# Investimento verde é coisa de rico (Artigo)

**Marcos de Vasconcellos** *Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado*

Antes de mais nada, caro leitor, gostaria de complementar o título do texto. Mas não sei se ficaria melhor arrematar com um pessimista "infelizmente" ou com um otimista "ainda". Deixo a cargo de cada um.

Os investimentos verdes, sustentáveis ou atrelados às letrinhas ESG (que pressupõem boa governança corporativa, ambiental e social), tiveram um belíssimo aumento, em todo o mundo, desde o início da pandemia de coronavírus. Mas, convenhamos, para algo que era praticamente inexistente, qualquer aumento é percentualmente relevante.

Um relatório do Banco Mundial publicado neste mês mostra que, em 2020, o número de títulos soberanos verdes -emitidos pelos países, para arrecadar fundos a fim de incentivar o uso de energia renovável ou cumprir metas de redução de emissão de carbono- mais do que dobrou. E sua arrecadação passou dos US\$ 41 bilhões (quase R\$ 215 bilhões).

O valor equivale ao **PIB** (Produto Interno Bruto) do Paraguai, mas a pouco mais de dois anos dos gastos com o programa Auxílio Brasil. E isso significa menos de 0,5% do mercado mundial de títulos de dívida soberanos.

O Banco Mundial divide os países em quatro classes: alta renda (como Estados Unidos, Japão e Itália); renda média alta (Brasil, China, Peru.); renda média baixa (Índia, Senegal, Filipinas.); e renda baixa (como Etiópia e Nigéria).

E a conclusão é que cerca de 60% dos países de alta renda possuem instrumentos financeiros públicos atrelados à sustentabilidade, enquanto o mecanismo é aplicado em aproximadamente 25% dos países com renda média alta e em pouco mais de 10% dos países com renda média baixa. A quarta categoria de nações nem sequer aparece.

Ao olharmos também para os títulos de dívida (ou bonds) do setor privado, temos números mais "frescos" e significativamente mais altos. Em 2021, o número de títulos verdes emitidos praticamente dobrou, atingindo US\$ 621 bilhões (R\$ 3,25 trilhões). Onde foi emitida a maior parte? Na Europa, claro.

Uma boa surpresa vem de um péssimo motivo: na busca por saídas para os mais impactados

economicamente pela pandemia, houve um tremendo aumento dos "títulos sociais" (social bonds), cujo objetivo é financiar iniciativas que atuem na solução de problemas de moradia, segurança alimentar e acesso a serviços essenciais.

Em 2021, houve um boom de "títulos sociais", que financiaram projetos como empréstimos para compra de casas, financiamento de agricultores, expansão do acesso à saúde e a água potável. Foram levantados US\$ 206 bilhões (R\$ 1 trilhão) por esse meio em 2021, e a previsão é chegar a US\$ 300 bilhões (R\$ 1,5 trilhão) neste ano, de acordo com John Gandolfo, vice-presidente da IFC (International Finance Corporation).

Veja bem: não se trata de caridade. São títulos de renda fixa, emitidos por governos ou por players do setor privado, com diferentes retornos e fatores de risco.

Por mais que haja clara necessidade de captação e ótimos projetos no Brasil, a questão aqui ainda engatinha.

Para quem busca investir em projetos com papel social e ambiental, um caminho interessante é aplicar em ETFs (fundos com cotas negociados em Bolsa) que comprem esse tipo de papel. A variedade na Bolsa brasileira é pequena, tornando mais interessante, para os entusiastas, ter essa parte de seus investimentos no exterior. Afinal, investimento sustentável (ainda) é coisa de (país) rico (infelizmente).

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

55

# As metas de inflação deveriam ter sido revistas (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda**

No artigo de 7/2/22 (Estado, B2) argumentei que era conveniente rever as metas de **inflação** para patamares mais factíveis, seja pelas características específicas do Brasil, seja pelo cenário que se vislumbrava para a **inflação** global. Para tanto, seria necessário alterar o Decreto n.º 3.088/1999, para permitir que o Conselho Monetário Nacional (CMN) pudesse efetuar as alterações, inclusive para 2023. Infelizmente, isso não ocorreu e o CMN, na última quinta-feira, sacramentou as atuais metas.

Jamais fui adepto da tese de que "um pouco mais de **inflação** ajuda o crescimento". Sabemos os muitos efeitos deletérios dos processos inflacionários, entre os quais se destacam: incentivo à indexação, o que reduz a eficácia da política monetária, ou seja, aumenta a taxa de juros de equilíbrio; redução do horizonte de planejamento dos agentes econômicos, com efeitos negativos sobre o investimento e sobre a produtividade; e aumento da desigualdade, dado que as pessoas de renda mais baixa possuem menos instrumentos para se defenderem da corrosão inflacionária.

No entanto, o descumprimento frequente das metas reduz a credibilidade da autoridade monetária, tornando mais custoso reverter os processos inflacionários.

Além disso, modelos estatísticos robustos mostram que as expectativas são mais influenciadas pela **inflação** passada do que pelas metas.

Concordo com o economista Aluísio Araújo (FGV): nossa fragilidade fiscal não é compatível com a convergência da **inflação** para o patamar de 3% ao ano. E a partir de 2023 deveremos ter expansão do gasto público, dadas as pressões acumuladas, tais como o longo congelamento dos salários dos servidores e a severa restrição promovida pelo teto de gastos para as despesas discricionárias.

Do lado da receita, as renúncias fiscais eleitoreiras cobrarão seu preço.

Nos Estados Unidos, há fatores estruturais, principalmente ligados ao mercado de trabalho, que muito provavelmente não permitirão que a **inflação** fique muito abaixo de 3% nos próximos dois anos, apesar do aperto da política monetária a que o banco central norte-americano (Fed) já deu início.

Dadas a fragilidade fiscal brasileira, a elevada inércia inflacionária decorrente de nossa indexação crônica e os fatores externos, o Banco Central, no cumprimento de seu principal mandato, que é a estabilidade de preços, terá de manter a economia operando bem abaixo do pleno-emprego por período prolongado, o que gera efeitos negativos para o crescimento de longo prazo, em virtude da chamada histerese (destruição de capital físico e humano), reconhecida internacionalmente, mas pouco discutida aqui no Brasil.

Isso também é ruim para a política fiscal, dado que, em períodos de vacas magras, os grupos econômicos com maior poder de pressão em Brasília vão pedir, e provavelmente conseguirão, benesses à custa do erário.

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Não há inflação benigna - HENRIQUE MEIRELLES



**HENRIQUE MEIRELLES**

A **inflação** é um fenômeno mundial no momento, uma consequência de dois anos de pandemia de covid-19. No Brasil, a taxa anual está perto de ficar acima de dois dígitos pelo segundo ano consecutivo. No Reino Unido, está em 9,1%, a maior em 40 anos - a alta no custo de vida motivou a maior greve de trens em 30 anos, na semana passada. Nos Estados Unidos, a **inflação** está em 8,5%, a maior desde 1981. Uma das **razões** para os aumentos de preços é a desorganização das cadeias produtivas. A outra, sobre a qual vou tratar hoje, é oposta à escassez que eleva preços: os efeitos da abundância de recursos injetados pelos governos.

O caso emblemático é o dos Estados Unidos. O governo Joe Biden colocou em prática um pacote de estímulos de US\$ 1,9 trilhão. É uma quantidade enorme de dinheiro. As consequências ainda não são totalmente visíveis. Por enquanto, apareceu a **inflação**. O Fed iniciou um movimento de elevação e terá de subir substancialmente os juros, após anos de taxas baixas.

Avisou que promoverá novas elevações para trazer a **inflação** à meta de 2%.

Muita gente me pergunta se teremos uma repetição do

que ocorreu no início dos anos 1980. O então presidente do Fed, Paul Volcker, elevou os juros a 20% para controlar a **inflação**, o que fez quebrar economias de países "em desenvolvimento" (ainda não havia o termo "emergentes") endividados em dólar, como o Brasil.

Eu respondo: não há comparação.

Volcker assumiu um Fed que havia sido leniente para atender às vontades do presidente Richard Nixon.

O problema agora é fiscal, agravado pela desorganização gerada pela pandemia. É mais complexo de lidar. O governo Biden está gastando demais e a economia americana dá sinais de superaquecimento. Há risco de formação de bolhas. O problema clássico já aparece: a taxa de desemprego está em 3,6%, o que significa falta de mão de obra em alguns setores e regiões. Empresas podem diminuir a produção por falta de pessoal. Soa favorável ao trabalhador, mas a **inflação** corrói os salários na outra ponta. Não existe **inflação** benigna.

Por isso, o Fed tem de elevar os juros, mesmo sob o risco de causar uma recessão.

O Brasil de hoje tem reservas de US\$ 340 bilhões, o que permite aguentar alguns desaforos (externos e, mais comumente, internos). Mas a possibilidade de recessão nos Estados Unidos gera instabilidade no mercado, aumenta o custo do dinheiro e, em última análise, afeta o crescimento global.

Quem estiver pensando em comandar o Brasil a partir de 2023 precisa levar esse novo cenário em conta nos seus planos e promessas.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desafio fiscal e economia verde (Artigo)

**MAÍLSON DA NÓBREGA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# "Vivemos grande retrocesso na formação humana", diz Giannetti

**Bruno Alfano** *"O Globo", do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

# Maioria quer FGTS e 13° para poupar e pagar dívidas

*Alessandra Saraiva Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187254?page=1&section=1)